****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 67, Ano 64, Quinta-feira.**

**14 de Abril de 2016**

**Gabinete do Prefeito, Pág.01**

**PORTARIA 130, DE 13 DE ABRIL DE 2016**

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar a senhora TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING, RF

627.065.4, para, no período de 21 a 24 de abril de 2016, substituir

o senhor FERNANDO DE MELLO FRANCO, RF 807.185.3, no

cargo de Secretário Municipal, ref. SM, da Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Urbano, à vista de seu afastamento para

empreender viagem à cidade de Roterdã – Holanda, com a

finalidade de participar da “Bienal Internacional de Arquitetura

de Roterdã”.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de

abril de 2016, 463° da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

**PORTARIA 132, DE 13 DE ABRIL DE 2016**

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar o senhor LAERCIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, RF

814.616.1, do cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CHG, da

Chefia de Gabinete, do Gabinete do Subprefeito, da Subprefeitura

Santo Amaro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de

abril de 2016, 463° da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito.

**TÍTULO DE NOMEAÇÃO 29, DE 13 DE ABRIL**

**DE 2016**

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Nomear o senhor LAERCIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, RF

814.616.1, para exercer o cargo de Subprefeito, símbolo SBP, da

Subprefeitura Santo Amaro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de

abril de 2016, 463° da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

**TÍTULO DE NOMEAÇÃO 30, DE 13 DE ABRIL**

**DE 2016**

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Nomear o senhor RODRIGO GOMES DE SOUZA, RF

819.153.1, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete, símbolo

CHG, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Subprefeito, da

Subprefeitura Santo Amaro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de

abril de 2016, 463° da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

**Secretarias, Pág.04**

**RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**PORTARIA 20/SMRG/2016**

JOSÉ AMERICO DIAS, Secretário Municipal de Relações

Governamentais, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por lei e na conformidade do disposto no parágrafo único do

artigo 2°, do Decreto n° 55.969/2015, que instituiu o Comitê de

Acompanhamento Legislativo-CAL;

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a composição dos representantes do

Comitê de Acompanhamento Legislativo-CAL, designados pela

Portaria nº 10/2015-SMRG, sob a coordenação da Secretaria

Municipal de Relações Governamentais, designando os seguintes

servidores:

**XV - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO,**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

Titular: Givaldo de Souza Cunha, RF 600.764.3.

Suplente: Cleide Oliveira da Silva Kaid, RF 822.041.7.

**Secretarias, Pág. 05**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**E NUTRICIONAL**

**EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

**2014-0.323.530-5**

Permitente: PMSP/SDTE/COSAN - Permissionária: **Maria**

**Jose da Conceição** - CNPJ nº 20.883.882/0001-98 - Objeto:

Área de 13,00 m² existentes no Sacolão Municipal Real Parque,

ramo: Doçaria - Boxe n° 08.

**Servidor, Pág.46**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

****

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E**

**TECNOLOGIA**

**PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE POSSE**

O Diretor Geral, da Fundação Paulistana de Educação,

Tecnologia e Cultura em suas atribuições: DEFIRO o pedido

de prorrogação de posse, a partir de 14/03/2016, no cargo de

Supervisor Geral, formulado pelo requerente abaixo, nos termos

do parágrafo 1 do art. 23 da Lei nº 8989/79, com nova redação

dada pela Lei nº 13686/2003 e nos termos do parágrafo 1,

do art. 44 da lei nº 8989/79, com nova redação dada pela Lei

23.686/2003.

Pedido Nº NOME RG

001/2016 Fabiana Pitanga da Silva 41.154.696-X

**Edital, Pág.76**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**E NUTRICIONAL**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.**

**Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**de São Paulo**

Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2016 do Pleno da VI Gestão

do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –

COMUSAN-SP. Aos vinte e um (21) dias do mês de janeiro de

2016, no Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado

Municipal Paulistano, na Rua da Cantareira, 306, Centro, São

Paulo – SP, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária de 2016 do Pleno

da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e

Nutricional – COMUSAN-SP. PAUTA: 1.Abertura e expediente;

2.Comunicações da Presidente; 3.Informes da Secretaria

Executiva; 4.Comissões Permanentes; 5.Aprovação da exposição

de motivos (Alimentação Escolar e Agricultura Urbana); 6.

Preparação da Extraordinária de 28 de Janeiro de 2016 (Política e

Plano de Segurança Alimentar e Nutricional); 7.Informes dos

conselheiros e encerramento. Estiveram presentes, conforme

assinatura em lista: Christiane Gasparine Araujo Costa – Instituto

Polis; Leandro Cuerbas – Coordenadoria de Segurança Alimentar;

Luis Henrique Marinho - SDTE; Vera Helena Lessa Vilela – SMS;

Agnes Hanashiro – SME; José Luiz de Lima e José Cano Herédia

Neto – SMDHC; Solange Cavalcante da Silva e Suely Feldman

Bassi – SVMA; Natalício T. de Albuquerque – Associação

Beneficente Cristo Sapobemba; Maria do Socorro – Associação

Beneficente Esporte Cultura e Lazer Nosso Sonho; Kiyosumi

Misawa – Associação Integração Campo Cidade; Ivan Souza

Moraes – Movimento Pela Cidadania e Solidariedade do Estado

de São Paulo; Nadir Silva Moraes – Rede Local de SANS do

Butantã; Bruno Angelo Nepomuceno – Instituto Portal da

Cidadania; Milton Perez – ABPA; Camila Mendes Kneip – Banco

de Alimentos Associação Civil; Sérgio dos Santos Bocalini –

APRAG; Maria Helena Flaviano – ACOFRAPI; André Ruoppolo

Biozoti – Instituto 5 Elementos; Ana Flávia Borges Badue –

Instituto Kairós Ética e Atuação Responsável; Bettina Gerken

Brasil – Universidade Paulista UNIP; Dalva Maria de Oliveira –

Movimento pelo Direito a Moradia; Márcia C. Cristina P. S.

Thomazinho – Fundação ABRINQ; Tereza Anunciata C. Dos Santos

– Pastoral da Criança; Adalgisa Oliveira da Silva – Associação

Nova Eperança São Francisco; Maria do Céu M. de Oliveira –

Associação Beneficente Mabel; Vânia Luzia Cabreira – Conselho

Regional de Nutricionistas 3º Região; Elcio Pires – Sindicato dos

Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São Paulo;

Milcira Teixeira Filho – Sindicato dos Nutricionistas do Estado de

São Paulo; Avani Florentino de Oliveira – Movimento Social

Indígena. Justificaram ausência: Luciana SESC e Fabiana Sanches

de Oliveira. Dando início à reunião, Leandro falou sobre a

necessidade de aprovação da ata e foi consenso que esta seja

aprovada pelo envio de e-mail de todos os Conselheiros. A

presidenta do COMUSAN-SP, Christiane falou sobre a necessidade

de agilidade nos trabalhos que é preciso que a Secretaria da

Cultura participe das reuniões do COMUSAN e CAISAN. Reforçou

que a CAISAN agilize o trabalho para que se tenha até o meio do

ano um Plano aprovado, por conta de ser um ano eleitoral.

Afirmou que nesse dia de trabalho há duas recomendações a

serem aprovadas hoje ( DAE e PROAURP). Também é preciso

pensar o Plano, este não pode ser a junção de tudo o que já

existe, pois a intersetorialidade fica perdida. Esclareceu que o que

tem que ser feito é estabelecer identificar os pontos de conexão

entre as várias áreas ou setores. Citou como exemplo, a questão

da inserção das Plantas Medicinais nos equipamentos de Saúde,

que pode ser feita articulação com a SDTE para a questão da

produção das mesmas, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente

pode ficar com a Assistência Técnica e a Saúde com a

conscientização, formações sobre os benefícios das mesmas e

distribuição das plantas. Ressaltou a importância de contar com o

CONSEA Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome (MDS) como suporte e Informou que está

agilizando contato para participação de representantes dos

mesmos na próxima Plenária, em Fevereiro. Nadir disse que

fevereiro ficaria fora do prazo. Solange sugeriu destinar um

tempo na reunião da Executiva para pensar a conversa com ela,

que é preciso planejar e otimizar o tempo. Leandro expôs a

possibilidade do dia 29/01, quando a SDTE receberá

representantes do MDS para discutir algumas parecerias e

possibilidade de trabalho conjunto e, confirmada essa vinda,

pode articular uma reunião para discutir o Plano, na qual

representantes do COMUSAN-SP participem. Nadir reforçou a

necessidade de se levantar as metas e ações de cada Comissão.

Leandro lembra que é necessário direcionar o que as Comissões

Permanentes produziram em subsídio ao Plano. Bettina expressa

dúvida sobre a quem cabe a produção do Plano. Christiane

explicou que o COMUSAN fará sugestões de metodologia e dará

subsídios à produção do mesmo. Citou que deu a ideia de

construção dessa matriz através da escolha e notificação das

propostas por cada Secretaria. Reforçou ainda que o COMUSAN

precisa pressionar para que o trabalho seja feito de forma rápida.

Nadir esclareceu que o dia 28 será um dia de trabalho para se

discutir a concepção de Plano, qual a matriz integradora, etc.

André B. afirmou que é necessário esclarecer o cronograma para

se entender o processo e que há necessidade de muita clareza.

Leandro explicou que no dia 28 de janeiro será feita uma reunião

Extraordinária do COMUSAN-SP para discussão do Plano e de

onde sairão algumas propostas de trabalho e metodologia. No

dia 29/01 esse material seria discutido com os representantes do

MDS, que avaliariam nossas propostas e indicariam se estamos

no caminho correto. André B acrescentou que no dia 28/01 serão

fechadas as diretrizes. Chris reforçou que temos que seguir as

diretrizes Nacionais, que são frutos de diversas discussões. Após

esclarecimentos e fechamento desses pontos, Solange iniciou a

leitura da Recomendação PROAURP. Vera sugeriu que seja

colocado o termo ‘’implementação’’ no lugar de “promoção” e

que diante do exposto, tem dúvida se há um Plano de

Abastecimento e sobre o Plano Municipal de SAN. Dona Socorro

disse que as discussões tem que ser colocadas em prática e que

as coisas têm que sair do papel, por exemplo, horta comunitária

no posto Vila Ramos foi desativada e é preciso ser colocada em

prática novamente. Vera disse que é necessário articular com a

Saúde para fomentar a implantação de hortas nas unidades e

questionou sobre quem seriam os responsáveis pela assistência

técnica para nessas hortas. Luiz Henrique disse que muito mais

do que fazer recomendações é necessário que as Secretarias

incorporem a SAN em seu trabalho, em que ter um órgão dentro

que se responsabilize pela SAN, por exemplo, o caso da Saúde,

que ela tenha um setor específico que internalize a SAN na

Secretaria. As hortas tem que ser internalizadas em cada

Secretaria, Saúde, Educação, etc. Informou que há alguns pontos

da Recomendação que precisam ser esclarecidos, por exemplo, a

questão dos terrenos particulares, o viés é o da política pública e

não de ações voltadas ao privado. Christiane disse que não é

interessante a ideia de criar um setor, pois a SAN é um intersetor.

É uma lógica diferente e é necessário descobrir os setores dentro

das Secretarias que dialogam mais diretamente com a SAN. Citou

como exemplo o caso da Saúde, na qual acha que seja a

Promoção da Saúde esse setor e assim evita-se a sobreposição

das coisas e sim sua articulação. Vera observou que não existe

um setor de Promoção da Saúde na SMS. Ela é uma Política

Nacional que está na base de vários outros setores como a

Atenção Básica, da Vigilância em Saúde. Christiane considerou a

possibilidade de que sejam feitas atividades com os setores das

Secretarias, como estratégia para construção do Plano. André B.

questionou para que órgãos será encaminhada essa

Recomendação e reforçou que deva ser para as Secretarias e ao

Gabinete do Prefeito. Christiane reforçou que as articulações que

devem ser feitas com as demais secretarias devem estar

sinalizadas no documento. André B disse que está se pensando

em algo mais amplo, um Plano de como a Agricultura Urbana e

Periurbana vai funcionar no município de forma bem prática e

objetiva e que com relação às Secretarias a CAISAN já tem esse

papel articulador. Informou que futuramente pode-se refletir se

no PROAURP podem ser inseridas novas Secretarias e que o

Conselho pode amadurecer essa ideia e recomendar alteração do

decreto e da lei. Ana Flávia reforçou que a Carta é uma cobrança

do Conselho de uma valorização efetiva nesse tema para a

tomada de decisões nesse sentido. Se a cidade entende que é

prioridade produzir alimento na cidade, temos que plantar isso

junto ao governo. Citou que há uma área produtiva há áreas

tradicionais de produção de alimentos no município, que funciona

há 30 anos, e que não tem possibilidade de realização a

comercialização. Sugeriu também que a DAP (Documento de

Aptidão ao PRONAF) possa ser, de alguma forma, emitida em

nível municipal, acrescentar a questão da produção das PANC’s e

restabelecer a continuidade do FEMA. Nadir disse que a

reconstrução das Estufas não me parece algo muito bom, pois

esse nem sempre foi um dos melhores programas e que é preciso

focar em outras ações ou que esse projeto seja revisto. Citou

como exemplo as áreas de linhões da rede elétrica para uso do

poder público, podendo ser utilizados para a produção de hortas.

Kiyo disse se preocupar com a questão da comercialização dos

produtos e que é preciso envolver a SMDHC, pois é ela que

trabalha com a questão da Economia Solidária e pode também

auxiliar na viabilização de comercialização, formação de

cooperativas. Christiane questionou se não poderia ser pensado

em um fundo de projetos de Agricultura Urbana, no qual

poderiam, inclusive, participar empresas pelo viés da

Responsabilidade Social. Ana Flávia sugere que a ADESAMPA

também seja acionada para participar, pois pode realizar

parcerias e fomentar projetos. Luis Henrique: argumentou que a

política de Agricultura é muito recente, sua reflexão é muito

recente e há um certo desconhecimento sobre o assunto.

Informou que para a assistência técnica no meio rural um técnico

cuida de 85 agricultores e um cargo de Coordenação cuida de

400 agricultores. Relatou que a maior parte do tempo de seu

trabalho é fazendo amarrações institucionais e pouco tempo

sobra para fazer assistência. Além disso é preciso realizar

articulação social, pois não tem um corpo técnico amplo que

possa fazer tudo isso. André B. ficou de fazer as alterações

necessárias no documento, de acordo com os pontos discutidos e

encaminhará para as devidas providências. Ana Flávia falou sobre

a Reunião junto ao DAE que discutiu a regulamentação da lei de

orgânicos e apresentou a Exposição de Motivos para

contribuições e aprovação do Pleno. Ivan questionou sobre a

quem se dirigiria este documento e acha que tenha ficado muito

extenso. Neto questionou sobre a equipe técnica que foi

responsável pela avaliação e acha que o prazo é muito longo

para a implantação e que tem que ser levado em consideração o

tempo da implementação técnica (organização dos agricultores,

etc.). Luis Henrique disse que é preciso estudar bastante o

cenário dos orgânicos (produção) para evitar que haja caminhos

ilícitos nesse sentido, por exemplo, mercado negro de certificação.

Ana Flávia informou que a compra já realizada de 27% da

Agricultura Familiar na Alimentação Escolar, ao fazer a transição

desses produtores para orgânico já garante os 27% da meta

sendo esse o grande desafio e acrescendo que essa proposta foi

produzida por 45 entidades, entre elas entidades produtoras e

que está previsto o ajuste da meta a cada dois anos, não

acontecendo o problema do não cumprimento. Chris indagou

sobre a questão das hortaliças, pois o foco ainda está em apenas

três produtos. Disse que tem que ser feita uma forte aliança com

os produtores agroecológicos e impulsioná-los. Ana Flávia relatou

que a Cooperapas está se preparando para a DAP Jurídica para a

venda de verduras no município e a transição dos agricultores da

região de proteção ambiental. Chris acha importante envolver o

CONSEA-Estadual por conta que essa política envolve órgãos

estaduais, principalmente a CATI. Eu, Leandro Costa Cuerbas,

Secretário-Executivo do COMUSAN, redigi e lavro a presente ata.

Ata da 2ª Reunião Ordinária da VI Gestão do Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSANSP.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de fevereiro de 2016, no

Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulistano,

na Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP, realizou-

se a 2ª Reunião Ordinária da VI Gestão do Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSANSP.

PAUTA: 1.Abertura e expediente; 2. Comunicações da Presidente;

3. Informes da Secretaria Executiva; 4. Devolutiva sobre

a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar

e Nutricional; 5. Ofício encaminhamento à Secretaria do Verde

Meio Ambiente sobre PROAURP; 6. Diligências em algumas

hortas; 7. Diligências no Banco de Alimento; 8. Comissões

Permanentes – Plano de Trabalho; 9.Informes dos conselheiros

e encerramento. Estiveram presentes, conforme assinatura em

lista: Marcelo Mazeta Lucas e Luís Henrique Marinho Meira –

SDTE; Rita Helena Bueno Pinheiro e Vera Helena Lessa Vilela–

SMS; Agnes Hanashiro – SME; José Cano Herédia Neto –

SMDHC; Suely Feldman Bassi – SVMA; Marly Menzs Escola

Técnica MAKIGUTI; Kiyosumi Misawa – Associação Integração

Campo Cidade; Camila Mendes Kneip – Banco de alimentos

associação civil; Maria Helena Flaviano – Associação Comunitária

Francisco Pinheiro ACROFAPI ; Christiane Gasparini Araujo

Costa – Instituto Polis; Betina Gerken Brasil – Universidade

Paulista – UNIP; Angela Raymond – Coordenaçãao Regional

das Obras de Promoção Humana; Fabiana Sanches de Oliveira

e Gabriel Zei – Slow Food; Tereza Anunciata C. Dos Santos –

Pastoral da Criança; André Luzzi – Ação da Cidadania; Vânia

Luzia Cabreira – CRN – 3 – Conselho Regional de Nutricionistas

3º Região (SP e MS); Milcira Teixeira Filho – Sindicato dos

Nutricionistas do Estado de São Paulo; Mirtes Gomes de Holanda

– Empreendimento de Economia Solidária mãos na

Massa; Carmen Silvia Carmona de Azevedo – ouvinte. Dando

início à reunião do COMUSAN-SP, Leandro falou da necessidade

de um representante do COMUSAN-SP no Fórum de Imigrações.

Como o Sr. Neto acompanha pela SMDHC essa discussão,

o mesmo ficou incumbido de levar a pauta da SAN no

fórum e trazer as notícias e deliberações. A Sra. Maria Helena

Flaviano relatou sua experiência ao fazer contato na escola de

seu bairro com o intuito de construção de uma horta. Agnes

informou que o DAE pode estabelecer um diálogo e auxiliar

no andamento do projeto. A Sra. Fabiana falou que na quaresma

o Slow Food lançou a Campanha Slow Fish em prol do

pescado e elaborou o manual consumo responsável. O Sr. André

L. deu um panorama do que está acontecendo com a

construção do Plano. Relatou as reuniões que foram feitas

com representantes do Governo Federal e a formação da Comissão

entre CAISAN e COMUSAN. Falou que percebeu que o

Plano Municipal não está muito diferente do que está sendo

pensado nacionalmente, mas como um primeiro momento

está sendo pensado em algo híbrido, envolvendo multisetores

e transversalizando para a união das secretarias em projetos.

Informou também que há alguns gargalos, tais como: a questão

do financiamento; descentralização e territorialização da

política; indicadores e falta de dados; o papel das subprefeituras

nesse processo; e como dinamizar o que já está previsto

nos planos setoriais. Como encaminhamento ficou sugerido

que a UNESP, pelo projeto com MDS, pense uma matriz, cruzando

os documentos da Conferência Municipal de SAN e

pacto para Alimentação Saudável e estudos de como é, para o

que é uma Política de SAN na cidade de SP, sobre a questão

metropolitana, a convergência de conselhos e a questão hídrica.

Também ficou a sugestão de uma Oficina em São Paulo

sobre a construção do Plano, com foco em grandes cidades e

regiões metropolitanas.A Sra. Márcia M. questionou sobre

como os conselheiros podem participar de forma mais incisiva

na delimitação das ações e, assim, serem mais atuantes. O Sr.

Netto informou que a construção do Plano é uma segurança

institucional e que tem pautado a cidade. Falou da experiência

da produção do Plano para a Política de Moradores de rua, no

qual há um processo de construção e posterior Consulta Pública.

A Sra. Vera reforçou que a cidade se encontra num momento

muito importante, que nunca houve essa construção de

ações para o município e que é fundamental para que as várias

se debrucem sobre essa questão e tragam para o pleno. A

Sra. Chris destacou dois pontos: 1. que há tantos anos foram

tolhidos de participar e que agora há um grande trabalho. Reforçou

que o Plano é uma construção que toma tempo, que é

preciso recuperar o tempo perdido, que esse documento é

uma defesa do COMUSAN, que é o que querem para a cidade,

independente de quem esteja na gestão; 2. a complexidade da

cidade e a falta do diálogo da sociedade civil com a gestão

pública, que é necessário discutir a participação da sociedade

civil na politica publica de SAN, pois uma ajuda dada a uma

ação pode fortalecer muito a mesma dentro da expertise de

muitas entidades. André L. destacou que pela 1ª vez uma Política

e um Plano, é uma Política de Estado na cidade, e que os

Conselheiros são agentes públicos que tem compromisso com

o Plano e fazer política com ele. Outro ponto importante é o

Monitoramento e Avaliação. O Sr. Vinicius questionou se há

um cronograma. O Sr. André L. informou que é competência da

CAISAN e que esse cronograma precisa ser feito e colocado no

site. A Sra. Chris sugeriu que as entidades que tem jornal divulgassem

pequenas matérias; que seja feita uma Carta para

negociar com os candidatos à eleição municipal nesse ano

com o compromisso de dar continuidade às ações e ter garantia

de que não haverá um retrocesso. A Sra. Rita H disse que

irá fazer pressão na Secretaria Municipal da Saúde para sua

substituição na área de Nutrição no Departamento de Atenção

Básica, após sua aposentadoria. A Sra. Vera H reforçou que o

papel do COMUSAN é o de levar os assuntos de SAN à discussão,

propor ações e fiscalizar sua realização. E, nesse sentido,

podem, enquanto conselheiros, ir aos Conselhos Participativos

para levar a discussão nas Subprefeituras. Diante da discussão

sobre as hortas e do Banco de Alimentos, saiu a necessidade

de diligência em algumas hortas e no Banco. Assim, formaram-

se dois grupos: 1. Diligência Hortas: André B., Bettina,

André L., Fabiana Sanches, Carmen, Gabriel, Teresa, Rita, Márcia

e Kyosumi. O Sr. André B. falou de uma horta específica, na

qual tem sido cobrada multa por não ter autorização para

funcionar. O Sr. André L. que após as visitas faremos recomendações

de acordo com as demandas e que o grupo precisa estabelecer

critérios e parâmetros para as visitas. A Sra. Carmen

sugeriu que o roteiro seja construído on-line. O Sr. Luís Meira

informou que, da parte do DAA, as hortas são de caráter de

geração de renda, que essas informações estão totalmente

disponíveis, que as ONG’s têm trajetória e estão sendo acompanhadas

pela Prefeitura, que essas ações estão no escopo do

PROAURP e citou como exemplo o Programa Operação Trabalho

que transfere renda para pessoas em vulnerabilidade social

que trabalham nas hortas Estufas (Programa Hortas e Viveiros

da Comunidade). André L. disse que é importante visitar

aquelas que estão em situação crítica e que é necessário fazer

recomendações ao PROAURP no intuito de apontar necessidades

de mais Casas da Agricultura na cidade, maior contingente

de técnicos e melhoria na atuação das hortas. O Sr. Kyio

que, no dia 15 de Dezembro, foi feito um Seminário em São

Matheus e que foi produzido um texto sobre as hortas escolares,

que foi lido para os conselheiros. O Sr. Luís H também informou

que o PROAURP nunca teve orçamento, somente as

Escolas Estufas estão previstas e que essas passaram por várias

secretarias e agora está na SDTE na tentativa de colocalas

em andamento. O Sr. André L. informou que houve, no

passado, uma discussão na Câmara sobre orçamento da Agricultura

Urbana. A Sra. Vera H. reforçou que o papel das diligências

é identificar o que está acontecendo, se apropriar disso

e recomendar coisa. O Sr. Gabriel e o Sr. André B. se

propuseram a estruturar o roteiro das visitas às hortas. O Sr.

Kyio falou da importância de dar ênfase na questão da estufa

para uso dos equipamentos que estão ociosos para a produção

por parte da sociedade civil e poder público. Com relação

à diligência no Banco de Alimentos foi discutido o mesmo

modelo das hortas e grupo foi formado por: Maria Helena

Flaviano, Ana Flávia, Milcira, Vânia, Camila Kneip e Angela. Ficaram

de reestruturar o roteiro: Vânia, Vinícius, Bettina e Milcira.

Por fim, foi feita a leitura da nota/ofício sobre a regulamentação

da lei de orgânico na Alimentação Escolar e os

presentes votaram sim e aprovaram-na. O Sr. André L. agradeceu

a participação do COMUSAN no processo de construção

do Plano de Inserção de Orgânicos na A.E o que qualificou o

processo de construção. Eu, Leandro Costa Cuerbas, Secretário-

Executivo do COMUSAN, redigi e lavro a presente ata.

**Licitações, Pág.127**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO**

**E TECNOLOGIA**

**INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTA DE EDUCAÇÃO,**

**TECNOLOCIA E CULTURA.**

**ASSUNTO: Locação de máquina reprográfica - com**

**função de impressão e escaner - com fornecimento de**

**papel, toner e manutenção para atendimento das necessidades**

**da Fundação Paulistana. Adesão à Ata de Registro**

**de Preços n.º 04.06/2014 registrada pela PRODAM.**

**I –** No uso das atribuições que me foram conferidas por

lei e demais elementos do presente, em especial a Justificativa

FUNDATEC/ADM n.º 0305263 e o Parecer FUNDATEC/AJ n.º

0235744, resolvo RETI-RATIFICAR o despacho autorizatório

FUNDATEC/GAB n.º 0273671 publicado no Diário Oficial da

Cidade em 07 de abril de 2016, página 111, para fazer constar:

**ONDE SE LÊ:**

"(...)**II –** O prazo da contratação será de 36 (trinta seis)

meses, com valor total de R$ 22.242,36 (vinte e dois mil, duzentos

e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos) e valor

mensal de R$ 1.853, 53 (mil oitocentos e cinquenta e três reais

e cinquenta e três centavos).

**III –** Em consequência, fica autorizada a emissão das

respectivas notas de empenho e liquidação para o presente

exercício, onerando a dotação 80.10.12.122.3024.2.100.3.3.90.

39.00.00. Para o exercício seguinte, deverá ser onerada dotação

própria.(...)"

**LEIA-SE:**

"(...)**II –** O prazo da contratação será de 36 (trinta seis)

meses, com valor total de R$ 66.619,08 (sessenta e seis mil